POLÍCIA



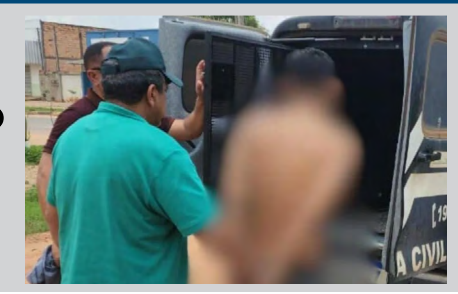
Após Audiência de Custódia, acusado de tráfico de drogas tem prisão preventiva decretada PÁG09

POLÍCIA

Foragido da PAMC é preso enquanto cumpria pena no Rio de Janeiro

PÁG.09





(Foto: Divulgação)

FOLHA BV

Boa Vista, Segunda-Feira, 02 de Setembro de 2024 Ano XL- Edição 1381- Concluída à 23:00 folhabv.com.br

AGENDA DA SEMANA

Ação civil pública sobre contratos da Femarh será ajuizada nesta segunda

(Foto: Divulgação)



O presidente da Assembleia Legislativa de Roraima (ALE-RR), deputado Soldado Sampaio (Republicanos), abordou a atuação da Casa frente às denúncias de possíveis irregularidades em contratos firmados pela Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Femarh).. **Pág.03**

Justiça defere candidatura de Catarina Guerra e anula de Nicoletti



O Tribunal de Justiça da 1° Zona Eleitoral de Boa Vista anulou, neste domingo (1°), o registro de candidatura de Nicoletti para a prefeitura nas Eleições 2024 e deferiu Catarina Guerra como candidata pelo partido União Brasil. A defesa de Nicoletti entrará com recurso **Pág.02**

POLÍTICA

Presidente da Academia Roraimense de Letras critica mudança de nomes de prédios históricos

A tentativa de alteração de nomes de prédios históricos em Roraima por interesse político foi criticada pela presidente da Academia Roraimense de Letras, Cecy Brasil, durante entrevista no programa Agenda da Semana deste domingo (01). **Pág.06**

Mais de 180 medidas protetivas foram solicitadas durante a operação contra violência à mulher

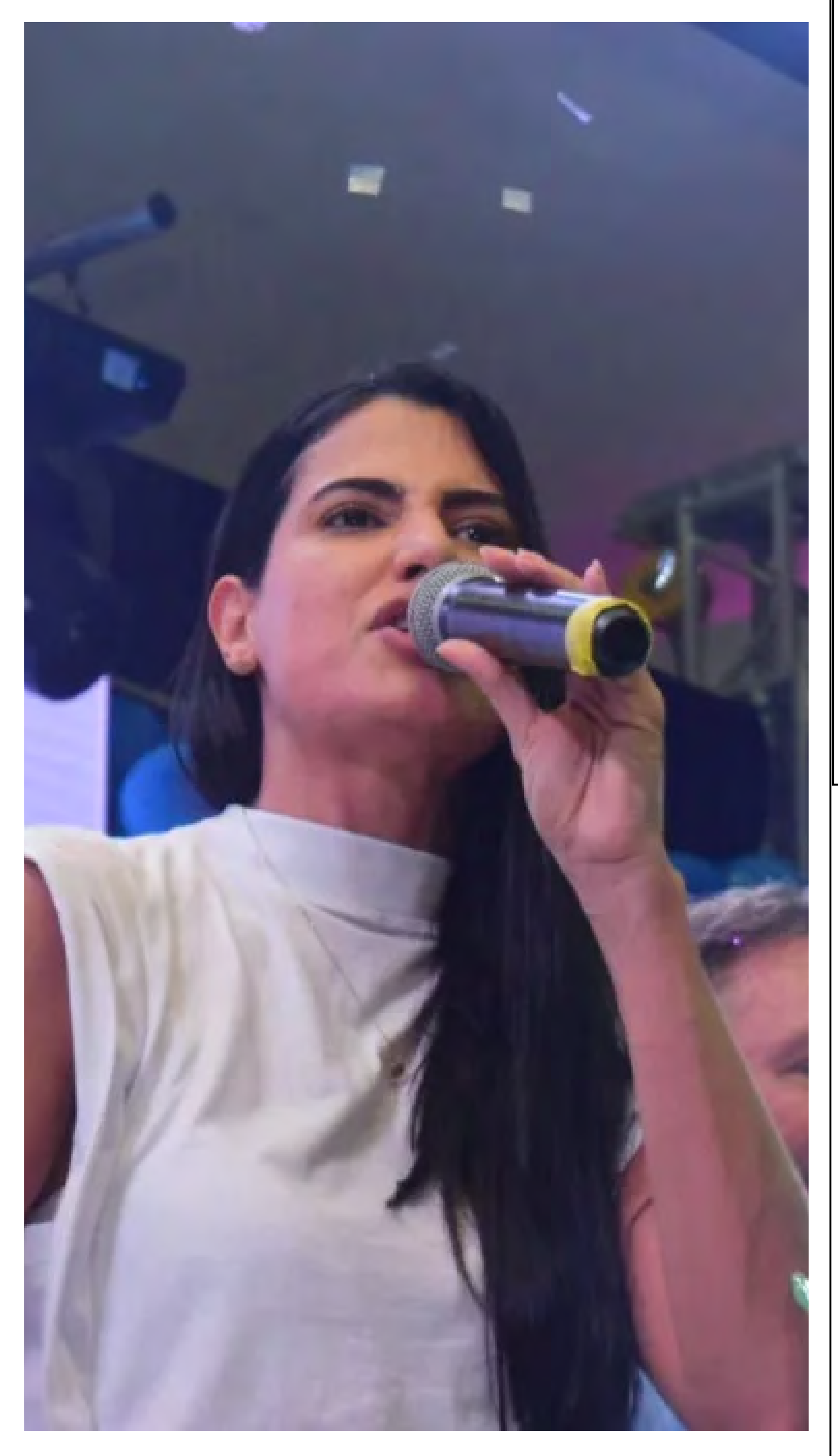
Durante o Agosto Lilás, mês de combate a violência contra a mulher, 186 medidas protetivas foram solicitadas e 31 casos de descumprimento dessas medidas foram autuados. Os número fazem parte dos resultados da Operação Shamar divulgados pela Polícia Civil de Roraima.

Pág.05

UMA NOVA FOLHA, COM A MESMA CREDIBILIDADE

Justiça defere candidatura de Catarina Guerra e anula de Nicoletti

Sentença foi dada neste domingo (1º); Procurada pela Folha, a defesa de Nicoletti afirmou que irá recorrer à decisão ainda hoje



Catarina Guerra (Foto: Nilzete Franco/FolhaBV)

O Tribunal de Justiça da 1° Zona Eleitoral de Boa Vista anulou, neste domingo (1°), o registro de candidatura de Nicoletti para a prefeitura nas Eleições 2024 e deferiu Catarina Guerra como candidata pelo partido União Brasil. A defesa de Nicoletti entrará com recurso.

A anulação foi dada pelo juiz Breno Jorge Portela Silva Coutinho que considerou que a convenção municipal, que declarou Nicoletti candidato, desrespeitou a Resolução CENI nº 2/2024, da Comissão Executiva Nacional do partido.

Essa resolução estabelece que, nas capitais e grandes cidades, apenas candidatos considerados viáveis política e eleitoralmente pela Comissão Nacional podem ser aprovados. A Comissão havia declarado Catarina Guerra como a única candidata viável. O registro aconteceu no dia 31 de julho, antes das convenções.

"Ao fato de a candidatura de Catarina Guerra não sido ter acolhida pela maioria dos convencionais municipais, perde relevo quando a "instância" nacional assim o determina", justificou o juiz.

Com a decisão, Catarina Guerra foi confirmada oficialmente a candidata do União Brasil à Prefeitura de Boa Vista. O juiz também determinou que os partidos que compõem a coligação "Uma Nova Boa Vista, Boa para Todos" fossem notificados para confirmar sua permanência na aliança.

Recurso

Por ser sentença de primeira instância, a decisão cabe recurso ao Tribunal Regional Eleitora de Roraima (TRE-RR). Procurada pela Folha, a defesa de Nicoletti afirmou que irá recorrer à decisão ainda hoje.



PODER, POLÍTICA & MERCADO www.colunaesplanada.com.br

Leandro Mazzini
Walmor Parente
Com Equipe DF, SP, RJ

BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 2 DE SETEMBRO DE 2024 - Nº 3.959

Segura na poltrona

A despeito das queimadas sem controle nos Estados da Amazônia Legal – muitas comuns para esta época do ano devido à seca, outras criminosas, como notório – a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, está bem segura no cargo. Parte porque há, como já citamos, uma motivação criminosa no fogaréu na mata nos Estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Goiás. Caso para polícia. Mas principalmente porque os países europeus que bancam o Fundo Amazônia a garantem na vaga. É essa turma quem vai financiar a COP30 em Belém ano que vem, e ela os representa bem.



Agro à Mesa

Há uma articulação da cúpula do PSD para fazer o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro (PSD-MT), senador licenciado, o vice-presidente na chapa de Davi Alcolumbre (União-AP) em fevereiro. Se vingar, Fávaro pode ser substituído por Guilherme Campos, o coringa de Kassab recém-chegado ao MAPA como secretário de Política Agrícola. A negociação passa pela forte bancada do agronegócio.

Cargo poderoso

Um cargo sem holofotes, mas poderoso, e sob mando da ministra Simone Tebet é cobiçado por muitos partidos. É o de Fábio Bueno, coordenador dos Bancos Multilaterais da Secretaria de Assuntos Internacionais do Planejamento. Ele é o homem do Fundo para a Bacia do Prata, um caixa bilionário bancado por Brasil e vizinhos para projetos de infraestrutura no Mercosul. E com direito a rodar o mundo.

Você paga

A Câmara já pagou, até fim de agosto, mais de R$ 138 milhões com os gastos do "cotão", para custear atividades dos parlamentares. O valor daria para pagar 4,6 vezes a última premiação da Mega Sena, que rendeu aos vencedores R$ 29,8 milhões. Os campeões de gastos são Vinícius Gurgel (PL-AP), com R$ 387 mil; Danilo Forte (União-CE), com R$ 376 mil; e Geraldo Resende (PSDB-MS), com R$ 375 mil.

PF e as mulheres

A Polícia Federal reforçou contato com as policiais após o 1º encontro nacional de mulheres. Uma Carta pediu políticas de combate a assédios. A assessoria da instituição ressaltou que através dos "programas Rosa dos Ventos, #PFporElas e #PFporTodos desenvolve ações para promover o bem-estar, enfrentar o assédio e a discriminação, e apoiar a saúde mental".

Aumenta o som!

Os bairros de Ipanema e Leblon se destacam com 68% das ocupações de hotéis alavancadas pela iminência do Rock'n Rio, seguidos pela Barra e Recreio com 63% de reservas garantidas. São dados da pesquisa realizada pelo HotéisRIO. E devem crescer: O público do evento é mais jovem e tende a efetivar as reservas no último minuto.

ESPLANADEIRA

#Rio Paraguai chega à cota de -6 cm em Ladário (MS). #Fluencypass e Santander disponibilizam bolsas de estudo para brasileiros. #Festival do Conhecimento UFRJ: 2024 ainda não será o ano da IA nas eleições. #Focos de calor em agosto foram 105% maiores do que o mesmo mês de 2023. #Gabi Sabino lança livro sobre mulheres na política na Bienal do Livro SP. #UniHorta: Projeto do Instituto Uniodonto Goiânia transforma horta aquapônica em fonte de alimentos para comunidades.

Caixa Postal 8002 – CEP 70094-970– Brasilia-DF
(61) 999993339 / 998553339 / 999453339

Ação civil pública sobre contratos da Femarh será ajuizada nesta segunda

Contratos visam a comercialização de crédito de carbono na região do Baixo Rio Branco



O presidente da Assembleia Legislativa de Roraima, deputado Soldado Sampaio (Foto: Folha FM)

O presidente da Assembleia Legislativa de Roraima (ALE-RR), deputado Soldado Sampaio (Republicanos), abordou a atuação da Casa frente às denúncias de possíveis irregularidades em contratos firmados pela Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Femarh). Sobre os contratos que visam a comercialização de crédito de carbono na região do Baixo Rio Branco, a previsão é que uma ação civil pública seja ajuizada nesta segunda-feira (02) e um decreto legislativo seja apresentado na Casa já na próxima terça-feira (03).

Os assuntos foram discutidos durante entrevista no Agenda da Semana deste domingo (01). O programa de rádio apresentado pelo economista Getúlio Cruz é transmitido ao vivo pela Rádio Folha 100.3 FM.

O presidente da Casa informou como está o andamento do processo de fiscalização dos contratos de venda de crédito de carbono em uma região de quase 3 milhões de hectares no Baixo Rio Branco e algumas possíveis inconsistências já verificadas.

“Fizemos o uso da tribuna na última sessão e trouxemos uma denúncia que já tinha sido noticiada inclusive pelo Grupo Folha, pela forma como foi feito um processo, uma chamada pública. Identificaram duas empresas, me parece que uma empresa muito próxima uma da outra, que foi contemplada para fazer o inventário do crédito de carbono na região do Baixo Rio Branco”, informou o presidente.

Segundo Sampaio, os contratos permitiam que as empresas realizassem o processo de indenização, inventário e depois a comercialização do crédito de carbono por 30 anos, com a possibilidade ainda de o prazo ser ampliado. “Esse processo se deu ao arrepio da lei, tendo em vista que foi uma chamada pública e não é objeto de chamada, mas de licitação. O parlamentar reforçou ainda que processos desse tipo são desenvolvidos com universidades, fundações e outras instituições. “Uma chamada pública parece uma missa encomendada. Ficou claro pra mim. Uma empresa se disponibilizou a pagar R$3,2 bilhões para a Femarh, para fazer esse inventário e ter o direito de comercializar o crédito de carbono no mercado”, acrescentou.

A prática inclusive se distancia do que vem ocorrendo em outras regiões da Amazônia, alertou o Presidente da Casa. “Isso é diferente dos outros estados como o Pará e do Acre, que o Estado mesmo está comercializando. E Roraima optou por um caminho diferente, por terceirizar. E os números são grandes. É uma moeda que está no mercado, as empresas nacionais precisam apresentar que são ecologicamente corretas, preservando a floresta. Então, a Amazônia é um prato cheio e Roraima não é diferente”, acrescentou.

Outro ponto ressaltado por Sampaio é que com o inventário feito pelo próprio Estado, em parceria com universidades, há uma possibilidade de manter a preservação da área, levar políticas públicas aos ribeirinhos e trazer dignidade para a população que mora na região.

Ação civil pública deve ser ajuizada nesta segunda-feira e decreto legislativo na terça

Ainda com relação aos contratos da Femarh, Sampaio ressaltou ainda que já entregou pedido de auditoria para o Tribunal de Contas do Estado (TCE) e que uma ação civil pública será ajuizada nesta segunda-feira (02), além de um decreto legislativo na terça-feira (03).

“A ação vai pedir que seja sustado e seja refeito todo o processo. De preferência, com instituições que possam baratear esse custo e que possam colocar esse material disponível para o Estado comercializar. Formamos um Conselho gestor, envolver as comunidades e identificar onde serão aplicados esses recursos, que é de grande valia”, disse Sampaio.

Paralelo à ação, o presidente informou que já apresentou e está tramitando um decreto legislativo com objetivo de sustar os efeitos dos contratos. “A deputada Aurelina Medeiros me pediu para ser a signatária deste projeto e vamos assinar juntos. Estará na ordem do dia de terça-feira, mas é o acaso de maioria. Por entender uma situação grave, não fiquei contente só com o decreto”, definiu.

Lei Orçamentária Anual (LOA) deve se entregue até dia 30

O Governo do Estado tem o prazo até o dia 30 de setembro para encaminhar a Lei Orçamentária Anual (LOA) para ALE-RR. Sobre o assunto, o Presidente da Casa afirmou que os parlamentares estão cientes do indicativo de recursos públicos para 2025.

“Tivemos a aprovação da LOA no ano passado e o Governo, muito conservador, trouxe uma proposta de orçamento deficitária. E durante a execução do orçamento de 2024, vimos uma situação diferente. O Estado continuou crescendo. Não podemos aceitar, precisamos rever essa estimativa de receita do Governo do Estado, levando como base o orçamento executado no ano de 2024. Precisamos de fato aprovar uma LOA que de fato represente”, declarou.

É Proibido Filmar: A transparência que incomoda?

Em Boa Vista, Roraima, dois advogados foram presos na semana passada em um episódio que expôs a tensão entre o exercício da advocacia e o uso da força policial.

Um deles foi detido dentro da casa do seu cliente, um tenente da Polícia Militar acusado de maus-tratos a animais, enquanto o acompanhava na condição de seu defensor. O segundo advogado foi preso na porta da delegacia ao filmar o colega advogado, já detido no camburão da PM, sendo levado para o interior da delegacia.

A situação escalou com empurrões entre o advogado e os policiais militares, que começaram na rua e continuaram dentro da delegacia, até os limites do espaço público de atendimento. Os policiais civis presentes permaneceram inertes, escudados por orientações no sentido: "É proibido filmar".

Este episódio é mais do que um simples desentendimento entre advogados e policiais; ele representa uma afronta ao direito dos advogados de fiscalizar e proteger direitos no exercício de suas funções. A advocacia, essencial à justiça, possui prerrogativas que garantem o acesso a informações e a possibilidade de documentar atos públicos, inclusive por meio de registros audiovisuais. A filmagem, nesse contexto, não é apenas um instrumento de transparência, mas um recurso indispensável para a proteção dos direitos individuais e coletivos.

É importante lembrar que o próprio ato verbal de um policial é um ato administrativo, sujeito ao controle da legalidade e aos princípios constitucionais. Embora certas ações policiais possam ter sua publicidade mitigada por questões de sigilo — como investigações em curso ou operações de natureza especial —, essas exceções são temporárias e claramente delimitadas pela lei. No caso ocorrido em Boa Vista, nada justificava qualquer restrição à filmagem, pois tudo se deu em espaços abertos ao público e à vista de todos, sem qualquer sigilo que demandasse proteção especial.

O ordenamento jurídico brasileiro não proíbe a captura de imagens por advogados no exercício de suas funções em espaços públicos ou de servidores em atividade pública. Servidores públicos, ao exercerem suas funções, não têm o direito à intimidade e privacidade que se aplica à vida pessoal, estando sujeitos ao princípio da publicidade, que exige transparência e fiscalização de seus atos pela sociedade.

Não há necessidade de autorização pessoal para registrar esses atos; se assim fosse, até as câmeras de segurança em vias públicas seriam proibidas.

O Provimento nº 188/2018 do Conselho Federal da OAB regulamenta a chamada "investigação defensiva", permitindo que advogados realizem diligências voltadas à produção de provas, inclusive por meio de registros audiovisuais (obtenção de dados), em qualquer fase do processo penal. Impedir que o advogado registre ações de agentes públicos é subverter o princípio da publicidade e transformar a função pública em um exercício de opacidade.

Além disso, a Lei Estadual nº 1.509/2021 de Roraima determina que instituições públicas, como delegacias, devem divulgar, por meio de cartazes e murais, claramente os direitos dos advogados, incluindo o livre acesso a esses espaços, conforme garantido pelo Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei nº 8.906/1994). No entanto, cartazes ou orientações que dizem "É proibido filmar" contradizem essas prerrogativas e enfraquecem a função da advocacia. Permitir que o advogado entre, mas restringir sua capacidade de registrar o que presencia, transforma sua atuação em um embate desigual de versões, onde, sem poder registrar o que vê ou ouve, fica limitado na produção de provas, na documentação de abusos e na contestação de condutas irregulares. Desde a promulgação desta lei, sua aplicação nunca foi devidamente cobrada, perpetuando restrições arbitrárias. Este é o momento de exigir sua plena implementação, assegurando que os direitos dos advogados sejam respeitados e que a fiscalização das ações públicas seja uma realidade concreta.

O registro audiovisual, portanto, não é um privilégio, mas um direito indispensável ao exercício da advocacia. Em um Estado Democrático de Direito, é essencial que a luz da verdade seja lançada sobre as ações das autoridades, e o advogado deve ter a liberdade de documentar, contestar e proteger, para que a justiça prevaleça sobre o autoritarismo e a censura.

MICHEL FERRONATO
OAB/RR 2.415

Caminhando em marcha lenta

Afonso Rodrigues de Oliveira

"Nada é bom ou mau, nosso pensamento é que o faz". (Shakespeare)

É na dificuldade que encontramos para nos orientarmos nas relações humanas, que fico desorientado. Não entendo por que inda encontramos tanta dificuldade em entender a importância das relações humanas, tanto no trabalho quanto na família. Ontem, pela manhã dei uma olhada na minha estante de livros. E saquei o livro "Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas". Do Dale Carnegie. Não pude conter o sorriso, lembrando-me de tempos passados, em relação ao assunto. Foi em 1935, quando eu ainda tinha um ninho de idade, que o Dale Carnegie iniciou sua tarefa com o objetivo de acordar o mundo produtivo, para a importância das relações humanas, para o sucesso. O livro que está aqui comigo é da 45ª edição. Mas, o importante mesmo é que desde minha adolescência que tenho contato com o livro do Dale Carnegie.

Em mil novecentos e cinquenta e um, naquela época antes de iniciar a exibição dos filmes, nos cinemas, eles apresentavam um comercial, na tela. E naquele dia eles apresentaram a chegado do livro, "Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas". À época eu frequentava muito a redação do jornal "Diário de Natal". Meses depois do lançamento do livro, um dia eu entrei na redação do jornal e o jornalista Ney Marinho de Melo falou:

- Afonso... eu estou lendo um livro muito importante e logo que eu terminar de ler vou trazê-lo pra você.

Dias depois, quando entrei na redação, o Ney me deu o "Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas". Mantive o livro comigo por muitos anos, até que nas minhas mudanças, ele sumiu. Mas, eu já o guardava na memória. Até que já em 2001, eu passei por uma loja, na Praça João Mendes, em São Paulo, e a loja mantinha um pequeno sebo, na calçada. E sempre fui apaixonado por sebos, porque adoro ler livros antigos. E lá estava o "Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas". Comprei-o, e ele está aqui ao meu lado. Está velhinho e feinho, mas não o deixo sempre que me mudo. E ficaria muito feliz se as pessoas dessem mais atenção aos ensinamentos do Dale Carnegie, sobre a importância das relações humanas. Quase cem anos já se passaram e continuamos numa luta renhida, para eliminar e tirar do caminho, o ser humano.

Vamos dar mais valor às relações entre as pessoas, para que possamos respeitar e ser respeitados. Vamos parar com as guerras familiares e os absurdos entre os membros da sociedade que ainda não se posicionou com racionalidade. Vamos estar mais associados para sermos sociais. E não há sociabilidade sem o conhecimento das Relações Humanas no Trabalho e na Família. Pense nisso.

***Articulista**
Email: afonso_rr@hotmail.com
95-99121-1460

FOLHA BV
Um jornal necessário
Propriedade da Editora Boa Vista | Fundada em 21 de outubro de 1983
Filiado à ANJ

Carol Cruz – Diretora Comercial
Dina Viera – Editora Chefe
Getúlio Filho – Jurídico

Aos leitores. Os artigos publicados com assinaturas e e-mails de leitores não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação via estimular o debate e reflexão.
E-mails: opiniao@folhabv.com.br | fale@folhabv.com.br

Mais de 180 medidas protetivas foram solicitadas durante a operação contra violência à mulher

O número também foi acompanhado de 424 boletins de ocorrência registrados e prisão preventiva de 50 indivíduos na Operação Shamar da Polícia Civil

Durante o Agosto Lilás, mês de combate a violência contra a mulher, 186 medidas protetivas foram solicitadas e 31 casos de descumprimento dessas medidas foram autuados. Os número fazem parte dos resultados da Operação Shamar divulgados pela Polícia Civil de Roraima.

As ações, coordenadas pelo Departamento de Polícia Especializada (DPE), foram realizadas de 1º a 29 do mês passado. Além das medidas, foram registrados 424 boletins de ocorrência e instauração de 56 inquéritos policiais na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam) e no Plantão Central Especializado.

As ações também resultaram na prisão em flagrante de 50 indivíduos, cumprimento de oito mandados de prisão e execução de 12 ordens de missão, incluindo a retirada de pertences das vítimas. Segundo Elivânia Aguiar, delegada e diretora da DPE, os números mostram compromisso com a segurança e o bem-estar das mulheres em Roraima.

Policiais também realizaram ações educativas e preventivas, incluídas no âmbito da Operação. (Fotos: reprodução/ PCRR)

“Foram ações desenvolvidas visando o fortalecimento da rede de proteção às mulheres, combatendo com rigor a violência de gênero no Estado.

Importante destacar que vamos continuar essas ações de combate à violência contra Mulheres, independente do período”, disse.



Os números fazem parte dos resultados da Operação Shamar divulgados pela Polícia Civil de Roraima. (Foto: PCRR)

Conforme a delegada, a Operação Shamar também incluiu ações educativas e preventivas, como os programas “Renascendo” e “DEAM no Cinema”. Houve ainda a realização de palestras em diversos municípios, eventos e instituições, além de entrevistas em rádios locais, no podcast “Papo de Redação” e no projeto “Cuidando de Quem Cuida”, em parceria com a Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social (Setrabes).

Operação Shamar

A Operação Shamar é uma iniciativa nacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) com o objetivo de combater a violência contra a mulher. A operação mobiliza ações em todo o país para fortalecer a proteção às vítimas, promover a aplicação da lei e realizar atividades educacionais e preventivas.

Idosos, gestantes e crianças menores de 6 anos já podem se vacinar contra a Influenza

Idosos a partir de 60 anos, gestantes e crianças de 6 meses a menores de 6 anos já podem se vacinar contra a Influenza a partir desta segunda-feira (2) em Boa Vista. Além desses, caminhoneiros, puérperas, indígenas, pessoas com comorbidades e outras categorias específicas também podem se imunizar.

A vacinação ocorre em todas as Unidades Básicas de Saúde (UBSs), de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h. Algumas UBSs, como Jan Roman

Wilt, Olenka Macellaro, Aygara Motta Pereira e Délio Tupinambá, também oferecem vacinação no período noturno, das 19h às 23h. É necessário levar cartão de vacinação.

A campanha, que integra o calendário nacional do Ministério da Saúde, tem como objetivo proteger os grupos prioritários e reduzir as complicações graves causadas pelo vírus da gripe. A Influenza é uma infecção viral aguda que atinge o sistema respiratório e pode causar complicações graves, especialmente entre os grupos de risco, como idosos e gestantes.

Dia D

No dia 28 de setembro, será realizado o “Dia D contra a Influenza,” estendendo a vacinação para toda a população.



A ação acompanha a Campanha Nacional de Vacinação contra a Influenza. (Foto: Nilzete Franco/FolhaBV)

Presidente da Academia Roraimense de Letras critica mudança de nomes de prédios históricos

A vítima consertava o telhado no momento da queda

Cecy Lya Brasil, presidente da Academia Roraimense de Letras, durante o programa Agenda da Semana, da Folha FM (Foto: Folha FM)

A tentativa de alteração de nomes de prédios históricos em Roraima por interesse político foi criticada pela presidente da Academia Roraimense de Letras, Cecy Brasil, durante entrevista no programa Agenda da Semana deste domingo (01).

Entre as propostas está a iniciativa de mudança do nome do Parque Anauá para Parque Ottomar de Souza Pinto, em homenagem ao ex-governador de Roraima. Outra mudança sugerida foi de alterar o nome da Maternidade Nossa Senhora de Nazareth. Para Cecy, essa prática antiga é de interesse político.

"Sempre que ocorre um fato desse é ano político. Isso é uma ação política desastrosa. As pessoas querem aparecer e dizer que estão fazendo alguma coisa. Poxa vida, vamos fazer o certo e não o errado. Vamos aparecer contribuindo e não destruindo", analisou.

Com relação à homenagem ao ex-governador, Cecy reforçou a importância de Ottomar para a história do Estado, mas acrescentou que sua figura está bem representada em Roraima, com homenagens na Capital e em todos os outros municípios. "É uma política partidária de interesse, para sair na mídia. Falta de conhecimento, de cultura e de respeito".

A presidente salientou ainda que pediu audiência com a Assembleia Legislativa e a Câmara Municipal, em parceria com o Conselho de Cultura, para esclarecimentos. Ela pede que quando fosse solicitado ou determinado a mudança de nomes de prédios históricos, que fosse consultado o

Conselho de Cultura e a Academia Roraimense de Letras, para que não haja injustiça com a memória do Estado.

Casa da Cultura abre para visitações em setembro

A presidente também destacou os recentes avanços de preservação da cultura de Roraima, entre eles, a restauração da Casa da Cultura, que virou sede da Academia Roraimense de Letras. A sede estará aberta a partir de setembro para visitações.

"O governador está nos devolvendo exatamente o que nós queremos, a nossa memória e a nossa história. Isso é mais importante do que o próprio prédio", destacou Cecy.

Em outro momento da entrevista, Cecy informou ainda como está o andamento da preservação de outros prédios históricos de Roraima, entre eles, o Museu do Estado. Segundo a presidente, os itens foram arquivados e catalogados e uma nova sede será construída para abrigar os materiais.

"A demolição do Museu, como da Secretaria de Educação, é um crime. O governador [Antonio Denarium] tem que reconhecer isso. Sem querer botar panos quentes, mas acho que foi falta de assessoramento. Se nós não tivéssemos, o nosso grupo de confrades, ido contar para o governador a história da Escola Professor Diomedes também teria sido demolida", avaliou.

Roraima fica sem luz e internet por mais de 1h

Telefonia ficou oscilante. Também houve relatos de falta de água. Estado é o único do Brasil que não é ligado ao sistema nacional



A interrupção no fornecimento elétrico, ocorrida às 10h53, também deixou os consumidores sem internet

Roraima ficou completamente sem energia na manhã deste domingo (1º). A interrupção no fornecimento elétrico, ocorrida às 10h53, também deixou os consumidores sem internet por mais de uma hora.

O serviço de telefonia ficou oscilante. Os sinais das operadores Vivo e Tim chegaram a ficar absolutamente indisponíveis por minutos. Moradores de bairros de Boa Vista, como Jardim Floresta e Dos Estados, também relataram falta de água. O apagão também desligou semáforos da capital e, com isso, os condutores tiveram que redobrar a atenção nos cruzamentos.

O serviço de telemarketing da Roraima Energia informou que as equipes da concessionária foram a campo para investigar as causas do blecaute. A Folha também solicitou posicionamento da assessoria de imprensa da concessionária, mas o número estava ocupado. A energia começou a ser restabelecida gradualmente por volta de 12h.

Às 13h26, a empresa divulgou nota em que informa que o blecaute ocorreu com o desligamento das usinas termelétricas às 10h53, e destaca que as causas ainda estão sendo avaliadas. "A recomposição do sistema foi iniciada às 12h03 e concluída às 12h42", disse a companhia, que pediu "desculpas pelo transtorno" e agradeceu à população pela compreensão.

Roraima é o único Estado do Brasil que ainda não é ligado ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Atualmente, a unidade federativa é abastecida por usinas termelétricas. Também está em fase de construção o Linhão de Tucuruí, que promete garantir segurança elétrica para os consumidores locais.

Por sua vez, a instabilidade do acesso à telefonia e internet em Boa Vista foi uma das principais responsáveis pela queda de 91 posições da capital de Roraima no Ranking de Competitividade dos Municípios. Segundo a lista do CLP (Centro de Liderança Pública), a cidade ocupa a 357ª colocação geral em 2024.

Juíza barra candidato a prefeito do MDB com base na Lei da Ficha Limpa

A juíza Rafaella Holanda Silveira, da 4ª Zona Eleitoral de São Luiz, indeferiu o registro de candidatura do ex-prefeito de São João da Baliza, Marcelo Jorge (MDB), com base na Lei da Ficha Limpa. Ele está inelegível até 6 de novembro de 2026 por ter sido condenado por improbidade administrativa.

Enquanto presidente da Câmara Municipal, Marcelo Jorge teve as contas de 2014 reprovadas definitivamente pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-RR) por omitir a boa e regular aplicação do repasse do duodécimo. Ele foi obrigado a ressarcir os cofres públicos em R$ 438,3 mil.

"Além do atendimento dos requisitos exigidos na jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, reitero que o trânsito em julgado da decisão que desaprovou as contas do Impugnado ocorreu em 06/11/2018", destacou a magistrada, na sentença. Procurado, Marcelo Jorge ainda não respondeu – o espaço está aberto.

A inelegibilidade do candidato foi apontada à Justiça Eleitoral pelo primeiro-cavalheiro de São João da Baliza, Luis Paulo de Oliveira. O marido da prefeita Luiza Maura (Progressistas) – a qual tenta a reeleição – fez o apontamento na condição de cidadão. A coligação Pra Continuar Construindo o Futuro Com Amor, encabeçada por ela, endossou os argumentos em uma ação de impugnação. O Ministério Público Eleitoral (MPE) pediu o impedimento de Marcelo Jorge com base nas denúncias.

A defesa do ex-prefeito, por sua vez, contra-argumentou ao dizer que "os fatos que levaram ao julgamento das contas em questão como irregulares, não configuram ato doloso de improbidade administrativa". O candidato também disse que o acórdão do TCE "não comprova a existência de dano ao erário, mas apenas o presume". Jorge ainda considerou as ações semelhantes contra sua candidatura como tentativa de criar entraves ao regular andamento do processo, o que infringiria os princípios da boa-fé processual e da cooperação "que devem nortear as ações das partes e a condução processual".



Marcelo Jorge é candidato a prefeito de São João da Baliza pelo MDB (Foto: Divulgação)

Após Audiência de Custódia, acusado de tráfico de drogas tem prisão preventiva decretada

O homem foi preso no município de Caroebe



Prisão foi efetuada em Caroebe (Foto: ASCOM/PCRR)

P.R.S.S., de 18 anos, acusado de tráfico de drogas, teve a prisão preventiva decretada após passar por Audiência de Custódia, nesse sábado, 31.

Jovem é preso com drogas, celulares e relógio furtado

Ele foi preso por uma guarnição da 6° Companhia Independente de Policiamento de Fronteira (6° CIPFron) durante a Operação Desarmar, no município de Caroebe.

O jovem, já havia sido detido em outra ocasião por posse de entorpecentes e objetos suspeitos. Além do tráfico de drogas, ele é suspeito de participação de um furto a uma loja.

De acordo com informações prestadas pelo delegado titular de Baliza, Ricardo André Mendes, o acusado foi encaminhado à Unidade Policial por uma guarnição da Polícia Militar, após ser encontrado em um local conhecido por ser ponto de venda de drogas. Ele tentou fugir ao perceber a presença dos policiais militares, tentando se esconder dentro de um apartamento, arremessando objetos contra os policiais. Na abordagem, foram encontrados com o suspeito invólucros de maconha e pasta base de cocaína e, ainda, R$ 220 em dinheiro.

Além disso, nas proximidades do acusado, foram encontradas mais drogas, um relógio na caixa e um aparelho eletrônico.

Foragido da PAMC é preso enquanto cumpria pena no Rio de Janeiro

O primeiro foi contra L.C.F., de 45 anos, que estava foragido da Penitenciária Agrícola do Monte Cristo (PAMC) desde 2010. Ele cumpria pena no presídio José Frederico Marques, no Rio de Janeiro.

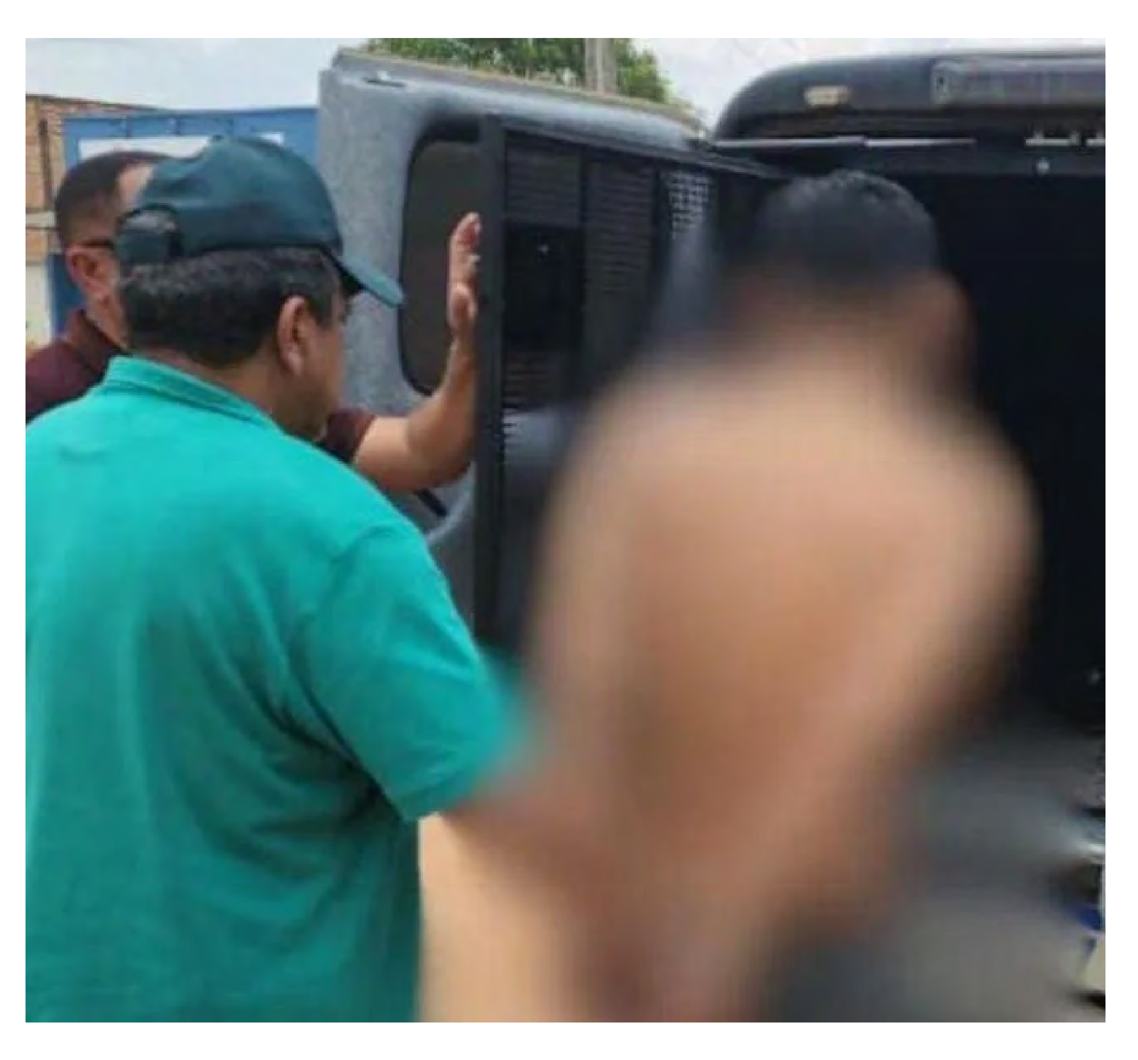
Após sua fuga da PAMC, ele continuou a praticar crimes, o que resultou em sua captura no Rio de Janeiro e subsequente condenação, onde cumpria pena de 27 anos pelos crimes de roubo majorado e associação criminosa desde 2017.

No dia 23 de agosto de 2018, a Justiça de Roraima expediu um Mandado de Prisão decorrente de uma sentença condenatória, que determinou o cumprimento de mais 9 anos e 6 meses de reclusão contra ele por crimes de tráfico e associação para o tráfico de drogas. Após ser informada pela DICAP (Divisão de Inteligência e Captura) da SEJUC (Secretaria da Justiça e Cidadania) de que o homem estava preso no Estado do Rio de Janeiro, a equipe da Polinter entrou em contato com agentes da SSINTE (Subsecretaria de Inteligência) do Rio de Janeiro, que deram cumprimento ao Mandado de Prisão expedido pelo TJRR (Tribunal de Justiça de Roraima) no último dia 28.

O segundo mandado de prisão cumprido foi após diligências que resultaram na localização e prisão por sentença condenatória de P.H.D.M, de 26 anos, pelo crime de roubo majorado. O homem foi preso no bairro Pedra Pintada.

P.H.D.M. foi condenado a cinco anos e dez meses de prisão em regime semiaberto pelo crime de roubo. O acusado tem um histórico criminal extenso e entre os crimes já cometidos por ele estão três passagens por roubo majorado, posse ilegal de arma de fogo, acessórios ou munição de uso restrito, receptação, tráfico de drogas e homicídio.

O homem foi preso sem oferecer resistência e encaminhado ao sistema prisional, onde cumprirá a pena imposta pela justiça.



Prisões foram efetuadas após diligências da Polinter (Foto: ASCOM/PCRR)



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

==

Sindicato dos Trabalhadores no Ramo Financeiro do Estado de Roraima (SINTRAF-RR), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.640.818/0001-92, Registro sindical nº 24.0000.003223/90 por seu presidente abaixo assinado, convoca todos os trabalhadores bancários, sócios e não sócios, da base territorial deste sindicato, para a assembleia geral extraordinária que se realizará por meio de plenária a ser realizada às 17h00 em primeira convocação e 17h30min em segunda convocação, de forma presencial na sede do sindicato sito Rua Bento Brasil,676 – Centro. Seguida de votação de forma remota/virtual das 18:00 horas até às 21:00 horas do dia 04/09/2024 (quarta-feira), na forma disposta no site http://www.bancariosrr.com.br/ onde estarão disponíveis todas as informações necessárias para a deliberação acerca da seguinte pauta:

1. Avaliação da proposta apresentada pela FENABAN;

2. Organização e mobilização da campanha salarial nacional unificada 2024.

Boa Vista-RR, 02 de setembro de 2024.



Adauto Andrade Martins
Presidente



AVISO DE LICITAÇÃO

O **SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO**, Administração Regional em Roraima, torna público a realização de Licitação na modalidade **"PREGÃO PRESENCIAL" N.º 24/0033 - PG, tipo MENOR PREÇO POR LOTE,** conforme Resolução Sesc 1.593/2024, de 02 de maio de 2024, com data de abertura das documentações e propostas no dia **12/09/2024**, **às 15hrs**, na Sede Administrativa do Sesc.

OBJETO:
AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E ACESSÓRIOS PARA ATENDER AOS CURSOS LIVRES DE MÚSICA DO SESC/RR, conforme instrumento convocatório e seus anexos.

O referido Edital poderá ser adquirido sem ônus na sede da Administração Regional do SESC Roraima, localizada na Rua Doutor Araújo Filho n.º 947 – Centro, em Boa Vista-RR ou pelo site www.sescrr.com.br.

Maiores informações ou esclarecimento de dúvidas sobre o conteúdo do Edital poderão ser obtidos na Comissão de Licitação pelo telefone (95) 3212-2804.

As decisões e eventuais alterações no edital e seus anexos relativas a esta licitação, serão comunicadas por meio do endereço eletrônico: www.sescrr.com.br.

Boa Vista-RR, 02 de setembro de 2024.

Thiago Marinho Santos
Presidente da CPL/Pregoeiro em Exercício
Portaria "E" Sesc/RR n° 502/2024

Boa Vista-RR, 29 de Agosto de 2024

Ao Sr (a).
JEFFERSON DA SILVA BENTO

Prezado Senhor:

Solicitamos o comparecimento de V.Sa. ao estabelecimento desta Empresa, no prazo de 72 (Setenta e duas horas), no intuito de justificar suas faltas que vêm ocorrendo desde o dia 31/07/2024 sob pena de caracterização de Abandono de Emprego, ensejando a justa causa do seu contrato de trabalho conforme dispõe o artigo 482, letra "i" da CLT.

Sem mais,

Atenciosamente.

RAIMUNDO M. GARCIA

(GRANJA NOSSA Sr. DE NAZARE)

"Ciente"

____/____/____/

____

NOME DO EMPREGADO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS
PREGÃO

COMUNICADO

Pregão Eletrônico nº 90016/2024-SRP
Processo nº 003700/2024 – SMSP

O Município de Boa Vista-RR, através da Agente de contratação designada pelo Decreto 0123/P-2024, publicado no DOM Nº 6079 de 05/04/ 2024, comunica a quem interessar que após conhecer o Recurso interposto pela empresa PERIN 4V MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, julga PROCEDENTE o recurso apresentado. A decisão na íntegra encontra-se acostada aos autos, a disposição dos interessados, e os demais atos deverão ser acompanhados por meio do sistema www.gov.br/compras.

Rosana de Oliveira Borges Vieira
Agente de contratação/Pregoeira



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS
PREGÃO

COMUNICADO

Pregão Eletrônico nº 90027/2024-SRP
Processo nº 017776/2024-SMST

O Município de Boa Vista – RR, através da Agente de Contratação designada pelo Decreto n.º 0453/P-2023, publicado no DOM Nº 5830 de 22/03/2023, comunica a quem interessar que após o recebimento do pedido de Esclarecimento do Edital solicitado pela Senhora MARIA MIQUELINI, o mesmo foi respondido tempestivamente pela Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Trânsito - SMST, e seus questionamentos foram esclarecidos. A resposta na íntegra encontra-se acostada aos autos e no sistema do compras.gov a disposição dos interessados. Na oportunidade, informamos que a data da referida licitação permanece inalterada.

Vania Martins da Silva
Agente de contratação/Pregoeira